

Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista

Making history, writing history: on historian's figurations in the 19th century Brazil

Maria da Glória de Oliveira*

RESUMO

No Brasil oitocentista, a constituição de um regime historiográfico com pretensões científicas tornaria incontornável a questão das condições para a escrita da história nacional. Uma indagação não menos premente sobre como deveria ser o historiador também perpassava o debate. O objetivo do artigo é analisar as figurações que definiam qualidades e competências específicas para o estudo e a escrita da história, notadamente nas biografias de alguns “homens de letras”, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ao longo do século XIX.

Palavras-chave: historiografia; historiador; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ABSTRACT

In the 19th century Brazil, a historiographical regime with scientific purposes turned ineluctable the question about conditions of possibility for national historical writing. No less crucial than this, the inquiry on how should be the historian also has crossed the debate. The article analyses figurations which defined qualities and specific competences for the historical studies, especially on men of letters' biographies, published in the *Revista* of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, in the 19th century.

Keywords: historiography; historian; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Manoel Luiz Salgado Guimarães
In memoriam

Em sessão do dia 10 de outubro de 1879, o primeiro vice-presidente e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Manoel de Macedo, propunha a suspensão dos trabalhos em razão do falecimento do general

* Professora Adjunta de Teoria da História e Historiografia, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Antiga Estrada Rio-São Paulo (BR 465), km 7 - 23890-000 Seropédica - RJ - Brasil. mgloria@ufrj.br

Manoel Luiz Osório. “Esse grande cidadão”, observava, “não pertencia ao gremio d’este Instituto, mas ainda vivo já era monumento immenso da historia do Brasil”.¹ Na reunião seguinte, Luiz Francisco da Veiga faria a leitura de um elogio histórico, propondo a nomeação póstuma do marquês do Herval como membro da instituição, em reconhecimento aos serviços prestados à pátria. A iniciativa seria prontamente recusada pela comissão encarregada do assunto, sob a alegação de que o seu acolhimento representaria uma infração às regras estatutárias então vigentes.²

O caso não seria digno de observação mais atenta não fossem os argumentos desenvolvidos pelo proponente para justificar a incorporação do legendário militar recém-falecido ao quadro de sócios do Instituto. Longe de se basear apenas na evocação de um dever de memória, recorrente nos elogios fúnebres proferidos na agremiação, Veiga apelou para a abrangência semântica própria do moderno conceito de história para justificar a sua proposição. Segundo ele, “a história real” também podia ser definida como campo da ação heroica dos grandes homens. Antes de ser elaborada sob a forma de narração, havia a “verdadeira história”, ou seja, aquela “escripta pelo individuo, pela comuna, pela província, pelo departamento, pelo condado, pelas corporações civis e políticas de qualquer hierarchia e, finalmente, pelo Estado...”. Ora, o general Osório não podia ser qualificado como “registrador de factos e feitos alheios”, tampouco considerado estudioso de temas da história, geografia ou etnografia. O motivo para a vinculação de seu nome à instituição estaria no fato inegável de que aquele ilustre brasileiro *fizera* a história do Brasil na condição de *agente* heroico dos acontecimentos. De acordo com a argumentação de Veiga existiriam

historiadores simplesmente de *penna* e historiadores que escreveram paginas immortaes nos annaes da idolatrada pátria, sacrificando em seus altares faculdades soberanas de sua alma, as aptidões meritórias de seu vigor physico e até da própria vida.

O benemérito e digno brasileiro que acaba de fallecer n’esta corte ... não foi, por certo, *historiador de penna*, registrador de factos e feitos alheios; mas foi um véro e illustre historiador, porque *escreveu*, com sua espada e sua lança, invictas paginas admiráveis da historia d’este paiz, paginas que serão documentos de ufania e títulos de nobreza de todas as gerações por vir n’este portentoso Império americano.

Não sendo ou não tendo sido *historiador de penna*, nem mesmo escriptor nos assumptos de que occupa este Instituto Historico Geographico e Ethnographico, não era o glorioso marquez membro do mesmo Instituto.

...

E este Instituto é especialmente *histórico*, e o venerando general Osório, marquez do Herval, *foi um dos nossos mais preclaros historiadores*, escrevendo, insistentemente na palavra, paginas rutilantes de heroísmo de gloria da nossa historia de cincoenta e sete annos de nação independente!!³

A despeito do tom eloquente, a proposição seria desaprovada com base nos protocolos que regiam a incorporação de candidatos a qualquer uma das classes de sócios do IHGB. Afastada a possibilidade de que sob o pretexto da notoriedade do finado general se infringissem os regimentos institucionais, Tristão de Alencar Araripe e Manoel Jesuino Ferreira, integrantes da comissão que deliberou sobre o caso, sugeriam o expediente de consagração póstuma com que a agremiação sempre prestara homenagem a todos os brasileiros ilustres: a composição, e posterior publicação na *Revista* do Instituto, de uma biografia.

No discurso de Veiga, a referência ambígua àqueles que escreviam e os que faziam história não somente serve para amplificar o heroísmo de um homem ilustre, mas também deixa pistas importantes sobre como se pensava a figura de historiador na segunda metade do século XIX no Brasil. Nesse momento, é fundamental lembrar que a conceituação da história como instância onipresente e espaço de ação dos homens se fazia acompanhar pela ideia da sua factibilidade. Ou seja, a consciência da disponibilidade da história permitia percebê-la como factível sob dois pontos de vista – o dos agentes que dispunham sobre a história que faziam, e o dos historiadores, que sobre ela dispunham quando a escreviam.⁴

Diante da consciência de que a história poderia ser “feita”, quais encargos passariam a se destacar no espectro amplo de tarefas intelectuais que compunham o ofício historiográfico no século XIX? No momento em que um regime historiográfico com pretensões científicas tornara incontornável a questão acerca das condições de possibilidade para a escrita da história nacional, poder-se-ia acrescentar uma indagação não menos premente sobre como deveria ser o historiador do Brasil. O objetivo deste artigo é analisar as figurações que definiam qualidades e deveres para o estudo e a escrita da história, tais como esses atributos foram sendo circunscritos nas biografias de alguns “homens de

letras”, publicadas na *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo do Oitocentos.

HOMENS DE LETRAS E DE CIÊNCIA: HERÓIS PARA A POSTERIDADE

Diferentemente da condição estrita de “homem de armas” que impedia o marquês do Herval de ser integrado a uma associação baseada em critérios de “suficiência literária”, grande parte dos brasileiros ilustres, cujas biografias foram estampadas no periódico do IHGB, teria destacada a sua atuação concomitante nos negócios públicos do Império e nos serviços prestados às letras nacionais.⁵ Ainda nas primeiras décadas do século XX, no contexto da Primeira República, como demonstra Ângela de Castro Gomes, a interseção entre as esferas intelectual e política permaneceria um traço incontornável da produção letrada brasileira, evidenciando-se nas posições ocupadas por diversos autores, fosse pela atuação formal em funções públicas, ou na defesa de ideias ou projetos político-culturais.⁶

Não por acaso, os exemplos mais paradigmáticos dessa dupla notoriedade encontravam-se entre os próprios fundadores da agremiação, em sua maioria com vinculação estreita à burocracia estatal. Desse modo, em um dos elogios biográficos dedicados ao primeiro presidente, visconde de São Leopoldo, a experiência acumulada nos quadros da administração política seria considerada decisiva para credenciá-lo à sua vocação mais genuína de historiador e “homem de ciência”. Nascido na vila de Santos e formado bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, seria designado juiz de alfândega nas províncias do Rio Grande e Santa Catarina e auditor geral das tropas do exército imperial em campanha pacificadora na região platina em 1811. Deputado nas cortes de Lisboa e na assembleia constituinte, em 1823, galgaria ao posto de presidente da província do Rio Grande e, posteriormente, ao de senador e conselheiro de Estado. Nas palavras do autor do breve retrospecto de sua vida, “no theatro da acção, [Fernandes Pinheiro] testemunhou os factos e as scenas, de que mais tarde se devia constituir historiador”. No entanto, a realização como homem de letras somente se consumaria com certo afastamento da cena política, sobretudo das lutas partidárias dos anos seguintes à Independência. Os *topoi* do sacerdócio da verdade e da imparcialidade definiriam, enfim, os requisitos para a nobre missão do literato inspirado pelo sentimento de patriotismo:

Enquanto a sociedade se revolve na lucta agitada das paixões políticas, dos cálculos da ambição; enquanto o mundo se debate no tumultuar desordenado de interesses transitórios: o litterato, o filho da intelligencia, recolhe-se á solidão, concentra todas as suas faculdades, e dedica-se todo ao nobre sacerdocio da verdade ... no retiro de seu gabinete interna-se pelas regiões do pensamento, e irradia-se os reflexos de sua gloria sobre uma nacionalidade inteira.⁷

Tão logo atingira a mais elevada posição na carreira de servidor do Estado, o visconde de São Leopoldo trocara “a farda de ministro pela mesa de trabalho do litterato”, apartando-se das agitações da política para se dedicar à vida de “homem da sciencia”. Afastado dos negócios públicos e do “tumultuar das paixões” que caracterizaram a conjuntura política do Primeiro Reinado, pôde se aplicar inteiramente ao “culto das lettras”. E, por fim, como legado às gerações futuras, os seus trabalhos sobre a história do Brasil distinguiam-se pela “profunda investigação dos factos, por um criterio esclarecido e illustrada imparcialidade em sua apreciação”, além da “sobriedade de estylo” na exposição dos acontecimentos.

No elogio biográfico do visconde de São Leopoldo despontam, ainda, alguns traços com que se definia, no homem de letras, a *vocação* para o estudo da história. A julgar pelas biografias daqueles que, como o presidente do IHGB, eram dignos de reconhecimento por seus trabalhos nesse campo específico, a composição de obras historiográficas não parecia estar vinculada à manifestação de um gênio ou talento artístico original, semelhante ao dos poetas, mas se relacionaria muito mais a uma *escolha* marcada pelo sacrificio e por certa abnegação.⁸ É por meio dessa fórmula que o francês Augustin Thierry será evocado como modelo exemplar de historiador devotado ao árduo officio da pesquisa e à causa nacional:

Thierry ressuscita o passado em suas indagações profundas, leva o facho luminoso da verdade ás trevas que envolvem os tempos primitivos da França. Victima de pesados trabalhos, o lume de seus olhos apaga-se em decifrar os velhos manuscritos; seu corpo enfraquecido pela vigília; mutilado pelo soffrimento, pende para o tumulo. Mas o sorriso do contentamento pouosa-lhe nos lábios, porque em seus escriptos perdura a gloria de sua pátria.⁹

A ênfase na condição heroica e pragmática da investigação do passado não implicava, contudo, desprezar as dimensões literárias do trabalho historiográfico. A par disso, José Feliciano Fernandes Pinheiro podia ser definido

como “um dos escriptores mais notáveis da litteratura brasileira”, a quem não faltaram todos os atributos de um “perfeito historiador”. Pois a escrita da história era concebida, acima de tudo, como uma tarefa nobre pautada por inspirações de patriotismo, bem como pela função *utilitária e instrutiva* do conhecimento que oferecia à sociedade.

Com base em argumento semelhante, Manoel de Araújo Porto Alegre conclamara os letrados brasileiros na ocasião em que o Instituto celebrava as novas instalações no Paço Imperial, em 15 de dezembro de 1849:

Ao litterato já não pertence essa existência secundaria na ordem social, essa vida de um crepúsculo que só depois da morte se devia engrandecer: os serviços intellectuais do ministério das idéas foram nivelados com os outros elementos civilisadores, e a sua gloria igualada á do general, do magistrado e do estadista; os elos da cadea civilisadora se acham entrelaçados fraternalmente, e caminhando na mesma direção.¹⁰

Enquanto a obra historiográfica permanecia definida como *aquisição para sempre*, isto é, um bem para a posteridade, a figura do historiador adquiriria fortes traços de heroicidade em razão das dificuldades atribuídas ao empreendimento de investigação e elaboração da história.¹¹ Na biografia de Sebastião da Rocha Pita, composta por João Manuel Pereira da Silva, a fórmula seria utilizada para ressaltar as suas qualidades e, ao mesmo tempo, atenuar as graves objeções que pesavam sobre a sua *História da América Portuguesa*. A vida do literato baiano fora “regular, amena e plácida”, enquanto à sua volta sucediam-se acontecimentos históricos importantes para o destino da nação que “não lhe mereceram a atenção”.¹² Entre o final do século XVII e o início do XVIII, o desfecho da luta contra os holandeses e a invasão dos franceses à cidade do Rio de Janeiro não arrancariam o historiador de seu “ócio ditoso” e do cotidiano “sereno e sossegado” de proprietário de terras. Assim, despendeu mais da metade da existência entre os negócios da lavoura e, durante os momentos de repouso, “nos folgares do espírito”, dedicou-se ao estudo de obras literárias e científicas e à escrita de sonetos e élogos com os quais conquistaria a reputação de “poeta mediano”. Somente na maturidade, e após abandonar a poesia, sobreveio-lhe a ideia de escrever a história do Brasil. Ao dar início àquela importante missão, Rocha Pita “calculou todas as dificuldades de sua empresa” e, para vencê-las, dedicou muitos anos ao exame de documentos nos arquivos da Bahia, do Rio de Janeiro e de Lisboa.

Era preciso recorrer aos manuscritos e aos documentos, revolver as bibliotecas publicas; as secretarias de Estado; os depósitos e arquivos reaes e particulares; examinar itinerários, viagens, chronicas religiosas, descrições militares; era imensa a tarefa, de difficilima execução, de trabalhos muito longos e penosos; a vida de um homem parecia á primeira vista curta para emprehendel-a e leval-a a cabo!¹³

A ideia de que a história escrita representava o ponto de chegada da difficil peregrinação em busca das marcas do passado e do esforço concomitante para submeter todos os vestígios a uma ordenação narrativa, passaria a circunscrever as qualificações do “verdadeiro” historiador. É desse modo que Francisco Adolfo de Varnhagen será descrito por Joaquim Manoel de Macedo como “homem-monumento” no elogio a ele dedicado pelo Instituto, logo após sua morte. Antes de evocar as suas contribuições, porém, o orador do Instituto não hesitaria em nomear Rocha Pita como o iniciador da empreitada heroica de fundação da historiografia nacional:

Até o fim do século XVIII o Brasil, *embora já tivesse historia, ainda não tinha historiador*, Os dois Peros, Caminha e Gandavo, deram luz a seu berço, mas não podiam escrever senão dois autos, o do nascimento ou da descoberta e o do baptismo da Terra de Santa Cruz. Depois, e durante duzentos annos, *a historia do Brasil foi e ainda é a provação da maior paciência*, e o tormento da crítica a procural-a em cartas e diarios de navegadores ... nas chronicas de ordens religiosas, em narrativas de viagens ... Muitos elementos; todos, porém, dispersos, confusos, e comprometidos por invenções absurdas, por creações imaginarias e pelas sombras de periodos historicos quasi sem uma estrella na prolongada noite.

No século XVIII surgiu como aurora o já velho Rocha Pita, brasileiro de nascimento e de amor, peregrino de cabellos brancos a estudar linguas e visitar capitães da Europa em demanda de esclarecimentos, e de testemunhos documentaes da vida e das cousas do Brasil, ainda peregrino na patria a correr de uma em uma as capitánias da então colonia portugueza e, após investigações laboriosissimas e consciencioso estudo, a revelar-se o primeiro historiador do Brasil...¹⁴

Diferentemente de seu predecessor, o visconde de Porto Seguro encontrara na carreira diplomática as condições favoráveis para se dedicar, desde cedo, às investigações históricas. E, no entanto, como o autor baiano, também “engolfára-se nas bibliothecas, empoeirára-se nos archivos, compulsara centenas de livros, achára thesouros e fontes de luz em obras raras, descobrira em

arcas antigas manuscritos e documentos importantíssimos”, para coroar, enfim, o seu labor literário e científico com a publicação da *Historia Geral*.¹⁵

Embora constituíssem justificativa recorrente da opção do homem de letras pelo estudo da história, os sentimentos de inspiração patriótica não deixariam de tornar cada vez mais problemático o cumprimento dos imperativos de cientificidade pela disciplina, pois tais motivações levantariam suspeitas acerca da suposta carga de parcialidade de seus escritos. Entre aqueles que abordaram a questão, o cônego José Feliciano Fernandes Pinheiro manifestar-se-ia ciente das diferentes formas de historiografia segundo o ponto de vista daqueles que a elaboravam. Ao introduzir o seu trabalho sobre as batalhas que marcaram o fim do domínio holandês no Brasil colonial, desenvolvia esta reflexão:

Historiadores há que entendem ser licito adornar com os arabescos da ficção os fastos nacionaes, exalçar as victorias alcançadas sobre os contrários, e esconder, ou atenuar as próprias derrotas; a esta escola pertenceram Heródoto, Tito Lívio entre os antigos e João de Barros e Rocha Pita entre nós. Por mais respeitáveis que sejam taes auctores, por mais patriótico que pareça o seu propósito, apartamo-nos de seu methodo, pensando que abdicaria a historia a mais nobre das suas prerrogativas si *deixasse de fallar aos homens a verdade*. Reconhecendo a competência de semelhante tribunal, para elle appellam vencedores e vencidos, e convicto de sua justiça ninguém há que a tal empraçamento se recuse. Pôde por dilatados annos fazer se esperar a derradeira sentença; quando porem proferida traz Ella o cunho da mais sublimada imparcialidade.¹⁶

Nestas considerações ecoam advertências expressas contra as intromissões da retórica literária, do patriotismo e das “fábulas” destituídas de qualquer fundamento de verdade histórica, na escrita do historiador. As condições para uma apreensão historiográfica mais imparcial e verdadeira dos fatos seriam dadas por um distanciamento que somente a sucessão temporal (os “dilatados annos”) e o fluxo próprio da história poderiam estabelecer. Nesse caso, o avanço do tempo seria considerado menos por seu potencial corrosivo do que pelo acréscimo de sentido e compreensão que faria incidir sobre os acontecimentos pretéritos. Como premissa para a elaboração do conhecimento histórico, o afastamento temporal circunscreveria a posição epistemológica privilegiada do historiador frente à do cronista, o que acentuava a demanda por documentos com que o primeiro passaria a inquirir crítica e indiretamente o passado.

Aclarar os factos, apresentar estendidamente os acontecimentos, iluminar-os com reflexões, averiguar as notícias, fazer indagações aturadas, profundas, afastar as duvidas, romper as nuvens, as trevas que envolvendo os factos, desfiguram-os e alteram-os, desvanecer os preconceitos, pesar as tradições aproveitando o que n'ellas houver de racional e consentâneo, apagar das crenças populares o que for falso e embusteadado: eis a *missão do historiador* que, allumiado pela luz da verdade, deve imparcial e desprevenido folhear os monumentos históricos, visitar os templos, os mosteiros, os edificios, os túmulos, viver nos archivos e cartórios, viajar, ser paleographo, antiquário, viajante, bibliographo, tudo, como diz Alexandre Herculano, o douto historiador portuguez.¹⁷

Diante das palavras de Manuel Duarte Moreira de Azevedo, poder-se-ia argumentar que as múltiplas figurações do estudioso da história decorriam, em grande parte, do estatuto incipiente das fronteiras disciplinares no século XIX. Porém, a aparente acumulação de tarefas pelo historiador não deixava de sinalizar concepções diversificadas sobre os modos de investigação e elaboração do conhecimento acerca do passado, bem como a inegável filiação da moderna crítica histórica às práticas do antiquariato e da erudição.¹⁸ Por conta disso, as diferenças entre homens de letras e homens de ciência permaneceriam tênues naquele momento graças à confluência dos seus “serviços intelectuais” prestados em nome de um mesmo projeto político civilizador.

Entende-se assim que os elogios biográficos destacassem não apenas as proezas literárias e científicas desses sujeitos, mas também fizessem a apologia de certas virtudes morais que conferiam exemplaridade às suas vidas. O uso recorrente dessa fórmula de consagração pode ser notado em grande número das biografias impressas na *Revista do IHGB*. É o caso das extensas páginas dedicadas aos naturalistas, frei José Mariano da Conceição Veloso, frei Leandro do Sacramento e Francisco Freire Alemão.¹⁹ Ao defini-los como “exemplos vivificantes” para as gerações futuras, José Saldanha da Gama celebrava os serviços notáveis prestados ao Estado e as qualidades pessoais daqueles vultos da ciência brasileira, como o “amor pela verdade”, o “sacrifício sublime”, a “perseverança” e “abnegação”. Na apreciação dos escritos científicos do frade Conceição Veloso, resultado de conhecimentos acumulados nos diversos ramos da história natural e, sobretudo, dos prolongados anos devotados às pesquisas botânicas no interior do Rio de Janeiro, discorreria assim sobre o alcance de sua contribuição:

Percorrendo pagina por pagina a *Flora Fluminense* do virtuoso franciscano, encontra-se uma tal concisão nos caracteres de cada planta, que a impressão que

ella produz no nosso espírito dissipa-se totalmente, porque attendemos para o tempo em que elle viveu, e reconhecemos por este volver d'olhos retrospectivo que os elementos indispensáveis ao completo desenvolvimento d'uma sciencia vão se accumulando gradualmente por esforços parciaes, que convergem para um mesmo fim, e que torna-se notável a intelligência que entra como um dos alicerces na construcção de monumento tão glorioso. (Gama, 1868, p.165)

Combinação idêntica e exemplar de devoção à ciência com as virtudes de homem “sábio e bom” podia ser louvada em Freire Alemão, de quem Saldanha da Gama declarava-se discípulo. De forma mais acentuada do que para os outros dois biografados, o retrato do naturalista e também sócio do IHGB seria permeado por uma visão poética da pesquisa científica e das relações do homem de ciência com a natureza:

Eil-o agora no seio dos bosques, devassando os segredos múltiplos da flora do Brasil, passando horas e horas diante dos vegetaes com que a natureza aformoseou os arredores do Rio de Janeiro. Os terrenos da Gávea, Copacabana, Corcovado, Tijuca, Jacarepaguá, do Mendanha no Campo Grande, e por ultimo os da uberrima província do Ceará, elle os conhecia profundamente; nenhuma planta talvez fôra vista com flôres que não apparecesse mais tarde classificada e desenhada (se desconhecida), e seca entre as flôres do seu hervário. (Gama, 1875, p.73)

Em outras passagens, percebe-se o quanto a evocação de Freire Alemão como colecionador-pesquisador de espécies vegetais afinava-se à concepção romântica de ciência, tão cara aos naturalistas viajantes do Oitocentos, e particularmente difundida pelas formulações de Alexander von Humboldt, para quem o “sentimento da natureza” (*Naturgefühl*) era uma via tão legítima de apreensão científica do mundo físico quanto a sua observação empírica.²⁰ Com efeito, Saldanha da Gama não hesitaria em reconhecer no botânico brasileiro, além dos notáveis dotes intelectuais, “o amor em que se abrasava o coração ao sentir as múltiplas impressões recebidas do grande mundo em que habitam os corpos organizados...”. Assim, a despeito das dificuldades em esquadriñar a diversificada flora brasileira, nos momentos em que o naturalista deparava com uma espécie vegetal nova ou ainda desconhecida nos anais científicos, “a alma dilatava-se de contentamento, a alegria do sábio no auge do exercício da intelligencia expandia-se-lhe no semblante” (Gama, 1875, p.73).

ATRIBUTOS DE HISTORIADOR

Não seria fortuito que, no Brasil oitocentista, os homens de letras e de ciência compartilhassem os espaços institucionais dedicados à tarefa de inquirir o passado nacional. Nesse contexto, nas palavras de Temístocles Cezar, “nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero ao outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual”.²¹ No entanto, tornava-se evidente a consolidação de um *ethos* que, de modo mais específico, definia aqueles que se dedicavam à escrita da história. Nesse caso, conforme demonstrou Rodrigo Turin, uma tríade de atributos característicos da figura do historiador – a sinceridade, a cientificidade e a utilidade – delineavam a prática historiográfica em seus vínculos mais diretos com o projeto de nação que se buscava instaurar.²²

A despeito de algumas variações, a fórmula que parecia definir os motivos de celebridade na carreira das letras de um modo mais estrito assentava-se em qualificativos tão contundentes quanto aqueles que distinguiam os vultos da ciência brasileira. Alguns desses lugares-comuns podem ser flagrados no discurso proferido em memória a Joaquim Manoel de Macedo e Domingos José Gonçalves de Magalhães, falecidos em 1882. De acordo com Franklin Távora, a rememoração das vidas daqueles consócios eminentes confundia-se com o elogio à própria literatura do Brasil. Eleito sucessor para a vaga de orador do Instituto até então ocupada por Macedo, Távora não mediria palavras para alçá-lo à condição de “fundador” do romance nacional, reconhecendo no autor de *A moreninha* a “vastidão de talento”, a influência decisiva da “renovação romântica” em sua opção pelo “caminho das letras”. Ambos podiam ser nomeados fundadores da nacionalidade literária brasileira, no momento em que os gêneros letrados ainda permaneciam submetidos a preceitos estéticos supostamente universais. Como para todos os servidores do Estado após a Independência, o empenho nas lides literárias não podia ser de todo alheio aos influxos da política, conforme atestava a experiência de Macedo à frente do jornal *A Nação*, do Partido Liberal. Nesse campo, a índole de literato, mais afeita aos “domínios da imaginação”, não se compatibilizaria com os embates partidários. Sobre a trajetória política do orador falecido, Távora concluía:

É certo que foi membro da assembleia legislativa de sua província e deputado geral ... mas o que estes factos indicão é que em nossa terra não é somente a agi-

tação das ruas mas, sim também o sereno trabalho do gabinete a força que encaminha para o parlamento e para os conselhos da coroa.²³

Como, então, situar as relações dos dois literatos com o estudo da história em nome do qual comungavam os associados do IHGB? Admitido na agremiação em 1845, Macedo abandonaria a medicina para se dedicar às atividades literárias e ser nomeado, em seguida, professor de história e corografia do Imperial Colégio D. Pedro II. Obras como o *Compendio de História do Brasil* e o *Anno Biographico Brasileiro*, segundo Távora, seriam escritas no tempo em que a “imaginação de escritor” começava a dar lugar “à sua inteligência e ao exame do passado”. No caso de Gonçalves de Magalhães, outras circunstâncias colocariam o poeta no caminho da história, especialmente a nomeação para o cargo de secretário do governo do Maranhão, como integrante do grupo designado para a pacificação da província durante a revolta da Balaiada. Foi quando, valendo-se dos “documentos, informações e notícias” que o cargo lhe proporcionava, escrevera a *Memória Histórica* sobre aqueles acontecimentos, trabalho premiado pelo Instituto em 1847.

Ao longo do elogio dos consócios célebres do Instituto, Franklin Távora não deixaria de manifestar o seu descontentamento diante do que qualificava como uma postura de desdém das novas gerações em relação aos seus antecessores no campo das letras. Era preciso, então, reconhecer naqueles “revolucionários de ontem” a dívida de “uma brilhante evolução”, argumentaria o novo orador do Instituto, “sem a qual não teríamos a [revolução] que ora se inicia porque, como sabeis, pela lei do fatalismo histórico, as épocas se prendem umas às outras como se prende a flor à sua delicada bainha”.

O que Távora identificava como um “espírito científico” despontando nas “provincias das letras” tornara-se tema subjacente às reflexões sobre como deveria ser escrita a história do Brasil, nas décadas finais do século XIX. Em discurso pronunciado em 1883, ele aludiria às formas possíveis de que dispunham os historiadores para narrar e explicar os acontecimentos:

Si se trata de historia, vários são os pontos de a encarar, vários os methodos de a escrever. Este aceita os factos na sua real expressão, estejam completos ou mutilados; aquelle explica-os depois de os decompor ou recompor; outro completa-os pela conjectura ou pela lógica. Tácito pertence á primeira escola, Thierry á segunda, Guizot e Macaulay á ultima.

Si se trata particularmente da historia do Brazil, como neste Instituto, é licito

perguntar ao historiador: que *theoria seguis* – a de Martius, a de Buckle, a dos sectários de Spencer, a dos discípulos de Comte? Como exprimir tão diversas opiniões sem sacrifício de alguma dellas?

Infiro daqui uma lei: a tribuna literária, ainda que represente o resultado de um suffragio coletivo, ha de ter sempre mais o caracter de uma individualidade que o de uma complexidade.²⁴

O problema acerca da melhor maneira de elaborar o conhecimento do passado relacionava-se às escolhas do historiador perante uma diversidade de métodos e teorias para a escrita da história. Os vários modelos de que se poderia dispor para a empresa historiográfica não se incompatibilizavam, contudo, com a ambição de um estatuto científico para os estudos históricos. A possibilidade de a investigação histórica alçar-se ao patamar das disciplinas científicas modernas fundava-se, ineludivelmente, na reafirmação da imparcialidade como atributo emblemático do historiador. É neste sentido que o vice-presidente do Instituto em 1897, Manoel Francisco Correia, classifica a história como “ciência”, pois

ella [a história] não prescinde da observação, do agrupamento dos factos que se succedem; mas também o seu principal mérito está em penetrar, por operação invisível do pensamento, no nexu lógico que os prende, ou, em outros termos, em descobrir a marcha evolutiva da civilização na confusão de acontecimentos que revolteiam, tumultuam e se atropellam.

É seu cunho distintivo a imparcialidade. Com igual e inflexível justiça exalta e abate impérios e republicas, aristocracias, theocracias, oligarchias: seu culto é o do bem e da virtude.

O historiador escrupuloso, que na verdade se inspira, dispõe do poder imenso de chamar sobre aquelles cujos lábios emmudeceram para sempre a admiração ou o estigma da posteridade.²⁵

A observação dos fatos para a apreensão de seu encadeamento seria o procedimento que aproximaria a história das demais ciências da natureza, mas não residiria aí o critério absoluto de sua cientificidade. Como guardião da memória dos feitos dos grandes homens, o historiador cumpriria importante função para que a história, por efeito da sua marcha contínua, também se realizasse como instância de justiça para a humanidade.

No momento em que os sócios do Instituto empenhavam forças para a sobrevivência da agremiação sob a recém-proclamada República, Manoel

Francisco Correia concluiria a sua fala com a evocação do lema vigente desde o tempo dos fundadores, ou seja, o de que naquela instituição não haveria espaço para dissensões políticas explícitas, apenas para a comunhão de esforços nobres e desinteressados, dirigidos ao exercício intelectual.

A reiteração desse princípio talvez tenha criado, dentro do Instituto, um ambiente de coexistência amistosa que ultrapassava o terreno dos partidários políticos, por vezes inconciliáveis, para se evidenciar nas diferentes noções acerca da investigação e escrita da história, apregoadas nos discursos e trabalhos de seus membros. Não obstante a heterogeneidade de opiniões que ali circularam, a concepção unanimemente compartilhada era aquela que, de forma lacônica, aparece nas palavras aqui citadas de seu vice-presidente. A elaboração do saber histórico assentava-se em tarefas próprias dos historiadores, dos quais se esperava que desvendassem o nexos lógico dos acontecimentos e a marcha evolutiva da civilização.

Nas biografias e elogios póstumos aqui analisados encontram-se delineadas qualidades e competências intelectuais para o desempenho de um ofício. No entanto, ainda nas décadas iniciais do século XX, o perfil do historiador permaneceria em aberto, “sendo objeto de debates e disputas, no que dizia respeito tanto ao tipo de produto cultural que caracterizaria o seu *métier* (em sua diversidade e hierarquia) quanto ao tipo de atividades profissionais e sociais que conviria a ele desenvolver para ser reconhecido como tal” (Gomes, 2009, p.26). A despeito de visar à fabricação de um saber específico, a atividade historiográfica abarcava uma diversidade de deveres e desafios a serem cumpridos com a consciência do desempenho de uma *missão*. Concomitantemente, a autoridade daquele que assumia os encargos de historiador deixava de ser apenas questão de engenho literário para se fundar em uma série de operações que passariam a conferir credibilidade “científica” ao conhecimento do passado. Em suma, por sua dupla condição de homens de letras e de ciência, aos escritores da história competia exercer o que o presidente do IHGB, Olegário Herculano de Aquino e Castro, designava como “genero de litteratura tão elevado, tão útil”, visando enriquecer o futuro com as experiências do passado através do registro, “com imparcialidade conscienciosa”, dos fatos mais notáveis da vida das nações e dos feitos dos homens mais influentes.²⁶

NOTAS

¹ *Revista do IHGB*, Tomo 42, 1879, p.257.

² O Estatuto do IHGB previa quatro classes de membros: os sócios efetivos, os correspondentes e os honorários, além dos presidentes titulares. Alguns anos mais tarde, em 1890, uma emenda de autoria de Joaquim Norberto de Sousa Silva criaria a classe dos sócios beneméritos, dispensada da comprovação de “suficiência literária”. A medida seria uma espécie de estratégia de sobrevivência da instituição após a instauração do regime republicano. Cf. GUIMARÃES. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p.24-26.

³ *Revista do IHGB*, Tomo 42, 1879, p.263-264.

⁴ Cf. KOSELLECK, *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.233-246.

⁵ Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839-1850). *História*, São Paulo: Ed. Unesp, v.26, n.1, p.154-178, 2007. Disponível em: www.scielo.br/.

⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.26.

⁷ O Visconde de São Leopoldo. Esboço biographico pelo Sr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. *RIHGB*, Tomo 23, p.132, 1860.

⁸ Em trabalho instigante sobre as autobiografias dos historiadores, Jeremy Popkin analisa como o tema da vocação é tratado, especialmente nos escritos de Edward Gibbon e Henry James, para justificar a dedicação à tarefa de escrever a história. Cf. POPKIN, Jeremy D. Choosing History: the issue of vocation in historians’ autobiographies. In: *History, historians & autobiography*. Chicago: Chicago University Press, 2005, p.120-150.

⁹ O Visconde de São Leopoldo, cit., 1860, p.133.

¹⁰ *Revista do IHGB*, Tomo 42, 1849, p.555.

¹¹ Cf. TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, n.2, p.12-28, 2009. Disponível em www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/index.

¹² *Biographia dos Brasileiros Distintos por letras, armas, virtudes, etc.* Sebastião da Rocha Pitta. *Revista do IHGB*, Tomo 12, 1849, p.259.

¹³ *Ibidem*, p.261.

¹⁴ *Revista do IHGB*, Tomo 41, Parte II, 1878, p.480-481, grifos meus.

¹⁵ *Ibidem*, p.486.

¹⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. As batalhas dos Guararapes. *Revista do IHGB*, Tomo 29, 1866, p.309-310, grifos meus.

¹⁷ AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. O dia 9 de janeiro de 1822. *Revista do IHGB*, Tomo 31, 1868, p.33, grifos meus.

¹⁸ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventado a tradição: sobre antiquariato e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre: IFCH-UFRGS, v.23, n.1/2, p.111-143, 2000.

¹⁹ GAMA, José de Saldanha da. Biographia do botânico brasileiro José Marianno da Conceição Veloso. *Revista do IHGB*, Tomo 31, II, p.137-305, 1868; Biographia do botânico brasileiro Frei Leandro do Sacramento. *Revista do IHGB*, Tomo 32, p.181-230, 1869; Biographia e Apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão. *Revista do IHGB*, Tomo 38, p.51-126, 1875.

²⁰ Sobre a *Naturphilosophie* e a concepção romântica de ciência, cf. GUSDORF, G. *Le romantisme II. L'homme et la nature*. Paris: Payot, 1984-1993, p.359-369.

²¹ CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história & cultura*, v.2, n.3, jan.-jun. 2003, p.74.

²² TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, n.2, p.12-28, mar. 2009.

²³ Discurso na sessão magna de encerramento pelo orador interino Franklin Távora. *Revista do IHGB*, Tomo 45, 1882, p.516.

²⁴ *Revista do IHGB*, Tomo 43, 1883, p.658.

²⁵ *Revista do IHGB*, Tomo 60, 1897, p.419.

²⁶ *Revista do IHGB*, Tomo 55, 1892, p.427.